



Ambientalização curricular e racionalidades gerenciais: discursos sobre sustentabilidade em uma universidade pública nordestina

Curriculum greening and managerial rationalities: discourses on sustainability in a northeastern brazilian public university

Karine Rosália Félix Praça Gomes

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Recife/PE-Brasil

Carmen Roselaine de Oliveira Farias

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Recife/PE-Brasil

Resumo

O estudo analisa as racionalidades discursivas que orientam a ambientalização curricular no ensino superior, buscando compreender como discursos institucionais e pedagógicos produzem sentidos e moldam práticas de sustentabilidade. Parte-se da crítica à predominância de abordagens gerenciais, que reduzem o potencial crítico e formativo da sustentabilidade. De natureza qualitativa e interpretativa, a pesquisa utiliza Análise Textual Discursiva e análise lexical com o software IRaMuTeQ, envolvendo entrevistas com coordenadores e análise documental. Os resultados revelam a coexistência de racionalidades gerenciais, tecnocráticas e críticas, com prevalência de uma linguagem administrativa que transforma a sustentabilidade em indicador de desempenho, embora surjam vozes emancipatórias associadas à participação, ao cuidado e à justiça socioambiental.

Palavras-chave: Análise Textual Discursiva; Educação Ambiental; Ensino superior.

Abstract

The study analyzes the discursive rationalities guiding curriculum greening in higher education, seeking to understand how institutional and pedagogical discourses produce meanings and shape sustainability practices. It critiques the predominance of managerial approaches that weaken the critical and formative potential of sustainability. Qualitative and interpretative in nature, the research employs Discursive Textual Analysis and lexical analysis using IRaMuTeQ software, based on interviews with coordinators and as well as document analysis. Results reveal the coexistence of managerial, technocratic, and critical rationalities, with a prevailing administrative language that turns sustainability into a performance indicator, while emancipatory voices emerge, associated with participation, care, and socio-environmental justice.

Keywords: Discursive Textual Analysis. Environmental education. Higher Education.

Introdução

Nas últimas décadas, as instituições de ensino superior têm intensificado seu compromisso com a sustentabilidade, impulsionadas pelas urgências ambientais, sociais e econômicas do século XXI. A ampliação das demandas por educação para a sustentabilidade e a integração de tais perspectivas ao currículo universitário colocam a ambientalização curricular como eixo estratégico nos processos de transformação institucional.

Nesse contexto, organismos internacionais como a UNESCO (2024) propõem diretrizes para a “ambientalização dos currículos”, enfatizando aprendizagens interdisciplinares, colaborativas e voltadas à ação climática.

Apesar do avanço dessas políticas, estudos recentes demonstram que a incorporação da sustentabilidade nos currículos universitários ainda ocorre de maneira fragmentada e predominantemente gerencial, priorizando indicadores e metas institucionais em detrimento de abordagens pedagógicas críticas (Machado; Davim, 2023). Essa tendência evidencia o predomínio de uma racionalidade tecnocrática e performativa que, embora fortaleça a dimensão administrativa, reduz o potencial formativo e emancipador da educação ambiental (Deleye, 2023; Husic, 2024).

Diante desse cenário, o problema investigado neste artigo consiste em compreender como as racionalidades discursivas moldam o processo de ambientalização curricular no ensino superior, especialmente quando a sustentabilidade é apropriada por discursos gerenciais que limitam sua dimensão crítica.

O objetivo do estudo foi analisar as racionalidades discursivas que orientam a ambientalização curricular no ensino superior, buscando identificar os sentidos atribuídos à sustentabilidade nos discursos dos coordenadores, bem como as tensões entre racionalidades gerenciais, tecnocráticas e críticas.

Além disso, a escolha da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como estudo de caso justifica-se por sua relevância histórica, institucional e territorial no contexto do ensino superior público do Nordeste brasileiro. A UFRPE possui tradição na formação em Ciências Agrárias, Sociais Aplicadas e áreas afins, diretamente relacionadas às discussões sobre desenvolvimento sustentável, gestão pública, responsabilidade socioambiental e políticas institucionais voltadas à sustentabilidade.

Tal característica confere à instituição um cenário privilegiado para a análise dos processos de ambientalização curricular, especialmente nos cursos de Administração, que exercem papel estratégico na formação de gestores capazes de atuar frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

Ademais, a UFRPE apresenta marcos institucionais, programas e normativas que dialogam com a agenda ambiental e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que permite investigar, de forma aprofundada, como tais diretrizes se materializam (ou não) nos currículos, nas práticas pedagógicas e nas percepções de coordenadores, docentes e discentes.

Assim, o estudo de caso contribuiu não apenas para a compreensão das especificidades institucionais da UFRPE, mas também para o avanço do debate acadêmico sobre a ambientalização curricular no ensino superior público, oferecendo subsídios teóricos e empíricos que poderão orientar políticas e práticas em contextos semelhantes.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e exploratório, compreendida como aquela que permite apreender os fenômenos sociais a partir dos significados e sentidos construídos pelos sujeitos em seus contextos sociais e institucionais (Minayo, 2021). A pesquisa caracterizou-se como pesquisa de campo, uma vez que os dados foram produzidos diretamente no contexto empírico investigado. Como instrumento de produção dos dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, as quais possibilitaram a apreensão aprofundada das percepções, concepções e práticas dos participantes, preservando a flexibilidade necessária à investigação qualitativa.

A análise dos dados fundamentou-se na Análise Textual Discursiva (ATD), associada à análise lexical automatizada com o uso do software IRaMuTeQ. O corpus empírico foi composto por entrevistas com três coordenadores dos cursos de graduação em Administração de três diferentes campi da UFRPE (Sede, Serra Talhada e EAD), além de documentos institucionais, permitindo a triangulação de diferentes fontes de dados.

O artigo estruturou-se da seguinte forma: após esta introdução, a segunda seção apresenta o referencial teórico que sustenta a discussão sobre racionalidades, discurso e ambientalização curricular. A terceira seção descreve o percurso metodológico da pesquisa. A quarta seção reúne os resultados e a discussão, destacando as racionalidades predominantes e suas implicações para a sustentabilidade na educação superior.

Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões, ressaltando as contribuições teóricas, metodológicas e práticas do estudo, além de indicar possibilidades para pesquisas futuras.

O referencial teórico desta pesquisa articulou três dimensões interdependentes: (a) as orientações normativas internacionais sobre sustentabilidade e currículo; (b) evidências empíricas recentes acerca da ambientalização no ensino superior; e (c) leituras críticas e discursivas sobre racionalidades e poder. Essa articulação permite compreender a ambientalização curricular como um campo simbólico e institucional atravessado por disputas de sentido em torno da sustentabilidade e da educação ambiental crítica.

Diretrizes normativas e sustentabilidade no ensino superior

As diretrizes internacionais formuladas por organismos multilaterais constituem o pano de fundo normativo da ambientalização curricular. O documento *Greening Curriculum Guidance: Teaching and Learning for Climate Action* (UNESCO, 2024) propõe princípios globais para integrar dimensões climáticas, sociais e éticas da sustentabilidade ao ensino superior, reconhecendo o papel estratégico das universidades na transição ecológica.

Entretanto, tais orientações permanecem predominantemente no plano declaratório, priorizando o “o que” e o “por que” da sustentabilidade, com lacunas quanto às mediações institucionais necessárias à sua efetivação. Estudos indicam que, mesmo diante do avanço das agendas globais, a sustentabilidade tende a ser tratada como tema transversal, e não como eixo epistemológico do currículo, reproduzindo hierarquias entre saberes científicos, pedagógicos e comunitários (Machado; Davim, 2023). Esse hiato entre discurso normativo e prática institucional reforça a necessidade de análises que considerem os limites discursivos da ambientalização.

Evidências empíricas e disputas discursivas da ambientalização curricular

No plano empírico, pesquisas nacionais e internacionais indicam que a incorporação da sustentabilidade ao ensino superior ocorre de forma desigual, fragmentada e discursivamente ambígua. No contexto brasileiro, Silva *et al.* (2023) evidenciam que a ambientalização curricular permanece restrita a ações pontuais, pouco articuladas às matrizes curriculares e às políticas formativas. Em âmbito internacional, Zhang *et al.* (2025) apontam que princípios como interdisciplinaridade e desenvolvimento de competências socioambientais são amplamente defendidos, mas pouco operacionalizados.

Esses estudos revelam o predomínio de abordagens técnico-gerenciais que limitam perspectivas transformadoras e reforçam resistências estruturais à mudança curricular. Observa-se, ainda, a emergência de racionalidades discursivas baseadas na “eficiência verde” e na “inovação sustentável”, tendem a deslocar o compromisso ético-político da sustentabilidade em favor de métricas de desempenho institucional (Deleye, 2023; Husic, 2024).

Essa denominada “modernização verde” esvazia o sentido político da sustentabilidade ao internalizar racionalidades mercadológicas no campo educacional. Ao submeter a agenda ambiental a critérios de eficiência, competitividade e performance, a sustentabilidade passa a operar como recurso instrumental e simbólico, alinhado às imposições do mercado. Tal processo, ao adentrar a subjetividade dos sujeitos institucionais, neutraliza o potencial crítico da educação ambiental, conforme problematiza Vale (2022) ao analisar a educação como negócio social no contexto amazônico brasileiro.

Em contraposição, autores como Loureiro (2022), Carvalho (2018) e Sauvé (2010) defendem uma educação ambiental crítica, compreendida como processo ético, político e emancipatório, enraizado no diálogo de saberes e em práticas territoriais. Contudo, essas perspectivas ainda enfrentam dificuldades de incorporação em estruturas curriculares rigidamente organizadas por competências e resultados mensuráveis, exigindo mediações político-pedagógicas mais consistentes.

Perspectivas críticas sobre racionalidades e poder

Para interpretar essas tensões, a pesquisa mobilizou aportes críticos sobre racionalidade ambiental (Leff, 2001), epistemologias do Sul (Santos, 2010; 2020) e educação ambiental crítica (Loureiro, 2015; Carvalho, 2004). Esses referenciais permitem compreender a sustentabilidade como categoria discursiva, atravessada por relações de poder que configuram regimes de verdade e orientam práticas institucionais.

Leff (2001) critica a racionalidade instrumental moderna por reduzir a complexidade ecológica a parâmetros técnicos e administrativos, evidenciando como o discurso da sustentabilidade pode ser capturado por lógicas utilitaristas. Santos (2010; 2020), ao propor a ecologia de saberes, tensiona os regimes de conhecimento dominantes e convoca à valorização de epistemologias plurais, embora sua incorporação às políticas universitárias ainda encontre resistências.

De modo convergente, Loureiro (2015) e Carvalho (2004) destacam que os discursos ambientais são arenas de disputa ética, política e epistemológica, nas quais se confrontam projetos societários distintos. Nesse estudo, o conceito de racionalidades discursivas é mobilizado para designar os modos pelos quais determinados regimes de sentido organizam discursos e práticas institucionais, tornando hegemônicas lógicas gerenciais e performativas, enquanto marginalizam racionalidades ético-políticas e comunitárias (Dardot; Laval, 2016; Ferreira *et al.*, 2025).

A articulação entre os blocos normativo, empírico e crítico-discursivo permite compreender a ambientalização curricular como processo institucional e simbólico, marcado por contradições entre a normatividade global e as práticas locais. Nessa perspectiva, a linguagem é concebida como espaço de disputa simbólica, orientando a opção metodológica pela Análise Textual Discursiva, associada à análise lexical automatizada, como via para apreender os modos pelos quais as racionalidades discursivas operam na constituição das políticas e práticas de sustentabilidade no ensino superior.

Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, interpretativa e exploratória, com elementos quantitativos de apoio, fundamentada na Análise Textual Discursiva (ATD) e associada a procedimentos lexicais computacionais por meio do *software IRaMuTeQ*.

O desenho metodológico partiu de uma perspectiva explicativa e multivocal, buscando captar as racionalidades discursivas que configuram os sentidos da ambientalização curricular no ensino superior.

Participantes e o Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos cursos de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), envolvendo três coordenadores de curso, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. A escolha foi intencional, considerando a representatividade desses sujeitos nos processos decisórios e nas práticas de integração da sustentabilidade ao currículo.

As entrevistas, com duração média de 50 minutos, foram realizadas presencialmente e gravadas mediante autorização dos participantes, garantindo a anonimização e a preservação da identidade institucional.

Paralelamente, foram analisados documentos institucionais, incluindo planos de curso, relatórios de gestão e normativas internas relacionadas à sustentabilidade.

Percurso Metodológico Geral

O percurso metodológico foi organizado em quatro etapas articuladas, conforme sintetizado na Figura 1 – Esquema do percurso metodológico (descrita abaixo).

Figura 1 – Esquema do percurso metodológico



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2025.

O fluxograma metodológico é composto por quatro blocos interconectados:

1. **Coleta dos dados:** realização das três entrevistas e levantamento documental (PPCs, relatórios, diretrizes).
2. **Preparação do corpus:** transcrição integral, revisão linguística, anonimização, limpeza e padronização textual.
3. **Análise lexical com IRaMuTeQ:** segmentação automática do corpus em Unidades de Contexto Elementar (UCEs), geração das classes lexicais e análises de frequência e similitude.
4. **Interpretação discursiva (ATD):** leitura compreensiva e recursiva dos resultados lexicais, articulada ao referencial teórico e às racionalidades institucionais identificadas.

Essa estrutura sintetiza o movimento contínuo entre dados empíricos e construção interpretativa, característica da ATD, reforçando a coerência entre rigor técnico e sensibilidade hermenêutica.

Tratamento e Análise dos Dados

As transcrições e documentos foram organizados em um corpus textual único, processado no *software* IRaMuTeQ (versão 0.8 alpha 7). O corpus foi dividido em 90 segmentos de texto, resultando em 339 Unidades de Contexto Elementar (UCEs), das quais 271 foram classificadas (79,9%), índice considerado satisfatório segundo os parâmetros de Reinert (1990) e Soares *et al.* (2022).

Os parâmetros técnicos (frequência mínima de três ocorrências, valores de qui-quadrado [$\chi^2 > 3,84$, $p < 0,05$], e corte superior para $\chi^2 > 10,83$, $p < 0,001$) seguiram as recomendações metodológicas consolidadas por Soares *et al.* (2022) e Martins (2022), que descrevem os procedimentos de análise lexical automatizada com o IRaMuTeQ. Assim, a presente pesquisa não detalha novamente o funcionamento técnico do software, remetendo às referidas obras para aprofundamento dos procedimentos estatísticos e de segmentação.

Os resultados do IRaMuTeQ — incluindo histogramas, gráficos de Zipf, dendrogramas e nuvens de palavras — foram posteriormente interpretados segundo os princípios da Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiazzi, 2016), em diálogo com o referencial teórico. Essa triangulação entre dados lexicais e leitura interpretativa permitiu compreender como as racionalidades gerenciais, críticas e pedagógicas se manifestaram nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Rigor e Ética Científica

A robustez metodológica foi assegurada em três dimensões complementares:

- Validade: garantida pela triangulação entre entrevistas, documentos e análise lexical-discursiva.
- Confiabilidade: assegurada pela replicabilidade dos procedimentos analíticos (*scripts*, dicionários e corpus estruturado disponíveis mediante solicitação formal).
- Ética: todos os participantes assinaram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, e o projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (protocolo nº 7.207.871), conforme as diretrizes nacionais e internacionais de ética científica.

A combinação entre ATD e análise lexical automatizada conferiu ao estudo uma dupla força interpretativa: a precisão estatística, que evidencia padrões linguísticos de racionalidade institucional, e a profundidade qualitativa, que permite reconstruir os sentidos e tensões presentes nos discursos sobre sustentabilidade e currículo.

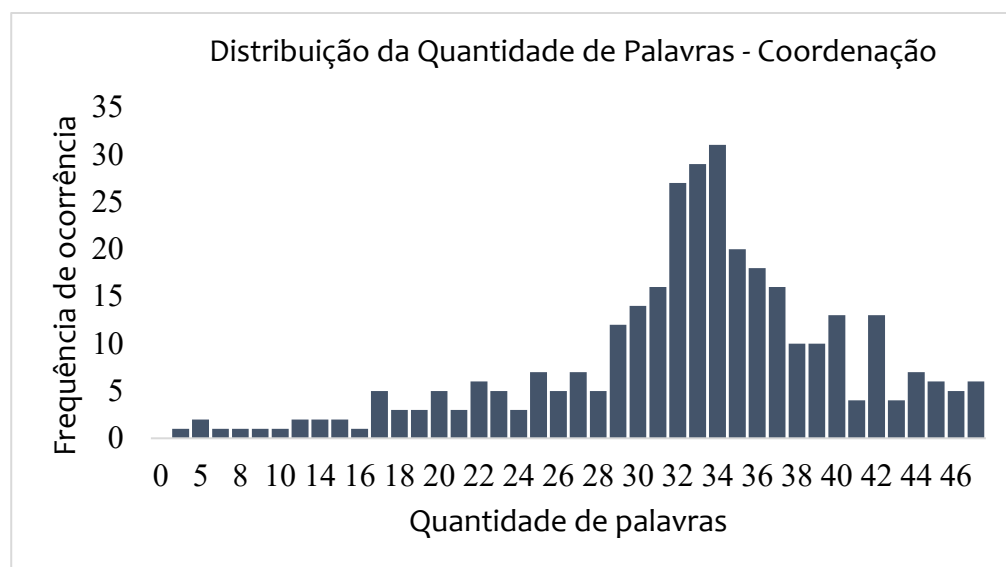
Resultados e Discussão

Esta seção integra os resultados obtidos com o uso do IRaMuTeQ e a leitura interpretativa fundamentada na Análise Textual Discursiva (ATD). A análise combinou critérios quantitativos de frequência e qui-quadrado (χ^2) com a interpretação qualitativa dos campos discursivos. As figuras apresentadas foram aprimoradas quanto à legibilidade, legendas e resolução, assegurando clareza visual e compatibilidade com os padrões de periódicos científicos.

Homogeneidade Lexical e Racionalidade Gerencial

O histograma dos coordenadores (Figura 2) demonstra concentração de segmentos entre 30 e 36 palavras (pico ≈ 33). Essa homogeneidade sugere discursos objetivos e tecnicamente estruturados, típicos de práticas gerenciais e de linguagem administrativa.

Figura 1 - Histograma -Coordenação



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2025.

A regularidade na extensão dos segmentos evidencia o predomínio de um discurso institucional normativo, com forte presença de termos como planejamento, metas e gestão. Essa configuração linguística reflete uma racionalidade gerencial e tecnocrática, conforme

discutem Apple (2003) e Dardot e Laval (2016), na qual a sustentabilidade é incorporada como indicador de desempenho e não como transformação epistemológica.

Essa racionalidade torna-se empiricamente observável quando se analisam os segmentos lexicais mais representativos do corpus dos coordenadores. Expressões recorrentes como “atender às diretrizes institucionais”, “adequação às metas do PDI” e “alinhamento com os indicadores de avaliação” apresentaram valores elevados de associação estatística ($\chi^2 > 10,83$; $p < 0,001$), indicando forte centralidade discursiva.

Além disso, nas entrevistas, os coordenadores tendem a associar a sustentabilidade à lógica do cumprimento normativo, como ilustrado no seguinte excerto: “a sustentabilidade precisa estar organizada nos documentos, senão não conseguimos avançar na avaliação institucional” (Coordenador 2). Esses achados reforçam que a sustentabilidade é mobilizada prioritariamente como dispositivo de gestão, operando mais como linguagem de governança do que como princípio formativo crítico.

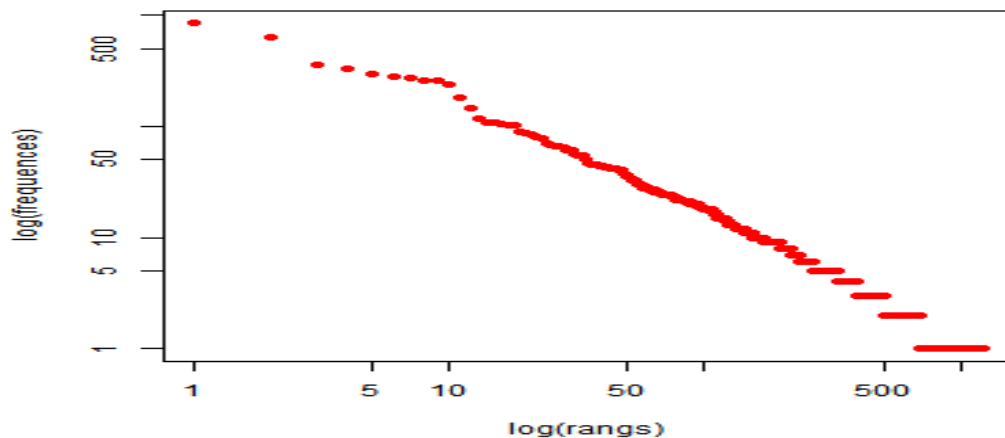
Estudos realizados em outras universidades brasileiras apontam tendência semelhante. Por exemplo, Serpa, Gesser e Santos (2024), ao analisarem a ambientalização na FURG, identificaram forte aderência a indicadores administrativos, com pouca ênfase na dimensão formativa.

Da mesma forma, Rodrigues e Cousin (2024) observaram que a ambientalização curricular na Unesp ocorre predominantemente por exigências de avaliação institucional, e não por mobilização dos coordenadores. Esses achados corroboram a leitura de que a racionalidade gerencial se dissemina como matriz dominante nos discursos sobre sustentabilidade universitária.

Aderência à Lei de Zipf e a “Cauda Longa” da Resistência

A análise log-log do corpus (Figura 3) a seguir, confirmou a aderência à Lei de Zipf, com poucas palavras de alta frequência e uma longa cauda de termos menos recorrentes.

Figura 3 - Gráfico Log Log – Coordenação



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2025.

Metodologicamente, a aderência à Lei de Zipf valida a naturalidade linguística do corpus. Teoricamente, o formato da curva revela uma “cauda longa” de palavras periféricas — participação, cuidado, território, justiça — que sinalizam vozes contra-hegemônicas e transformadoras.

Embora apresentem baixa frequência relativa no corpus geral, esses termos emergem com associações contextuais específicas, sobretudo em segmentos vinculados a experiências extensionistas e trajetórias formativas individuais. Palavras como “*território*” e “*cuidado*” aparecem predominantemente nas falas dos coordenadores em UCEs associadas aos docentes, com valores de χ^2 entre 4 e 6, indicando significância estatística moderada, porém consistente.

Além disso, esses vocábulos tendem a coocorrer com expressões como “*comunidade*”, “*realidade local*” e “*responsabilidade social*”, compondo um campo semântico distinto daquele associado à gestão e ao planejamento. Essa configuração empírica sustenta a interpretação da “cauda longa” como espaço discursivo de resistência simbólica às racionalidades hegemônicas. Essa leitura converge com Acselrad (2004), ao destacar que os discursos periféricos expressam resistências políticas e éticas à hegemonia da racionalidade instrumental.

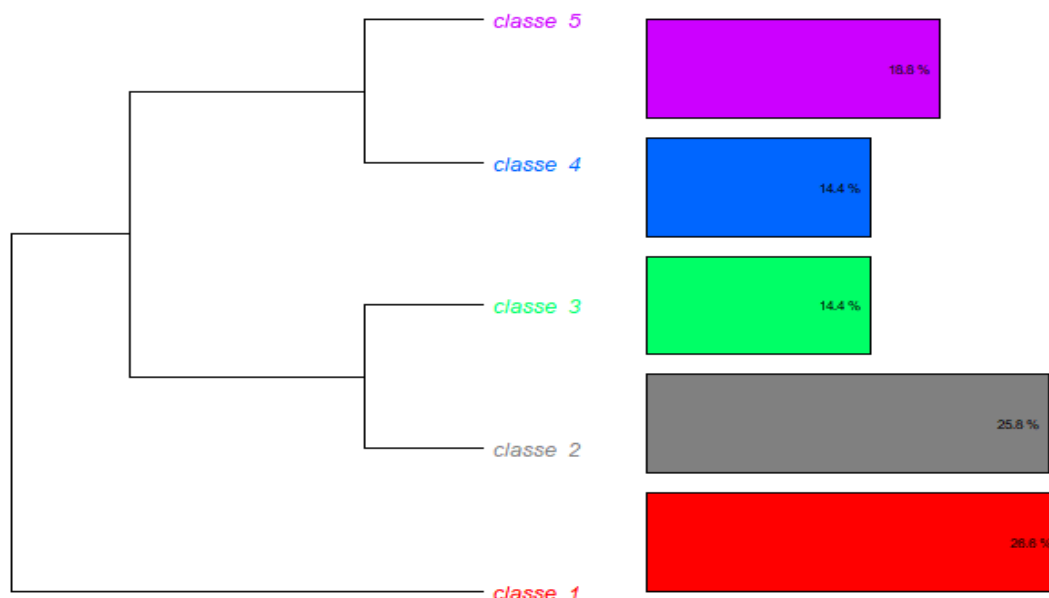
Comparativamente, Guerra e Figueiredo (2014) e Oliveira *et al.* (2024) já haviam apontado que a presença de termos como cuidado e comunidade tende a surgir em contextos pedagógicos críticos, mas raramente nas instâncias de gestão. O presente estudo, ao

identificar esse padrão, confirma que a ambientalização curricular na UFRPE, especificamente nos cursos de Administração, segue o padrão nacional de coexistência entre discursos hegemônicos e práticas periféricas de resistência.

Clusters Classificatórios (CHD) e Campos Discursivos

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), realizada no IRaMuTeQ, resultou em cinco classes lexicais distribuídas em dois grandes eixos interpretativos. O corpus apresentou 1.831 formas (palavras) e 11.143 ocorrências, com 79,9% das UCEs classificadas — índice de consistência satisfatório para estudos qualitativos assistidos por análise lexical.

Figura 3 – Dendrograma - Coordenação



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2025.

A robustez empírica dessa classificação pode ser observada nos valores de associação estatística entre as classes e os segmentos de texto. As Classes 1 e 2, associadas às práticas pedagógicas e aos desafios estruturais, concentraram os maiores valores de qui-quadrado ($\chi^2 > 15$), indicando forte coesão interna e recorrência temática nos discursos dos coordenadores.

Já as Classes 3 e 5 apresentaram valores de χ^2 moderados (entre 7 e 12), revelando menor frequência, porém maior diversidade semântica, especialmente em termos relacionados à experiência docente, extensão universitária e formação ética. Essa distribuição evidencia que, embora quantitativamente menos centrais, essas classes carregam conteúdos discursivos qualitativamente relevantes, associados a racionalidades pedagógico-críticas.

Os resultados da CHD foram interpretados à luz da ATD (Moraes; Galianzi, 2016) e da teoria crítica da linguagem (Fairclough, 2001; Orlandi, 2009), permitindo identificar cinco classes temáticas que se agrupam em dois eixos discursivos principais:

Classe 1 – Práticas Pedagógicas e Estratégias Curriculares (26,6%)

Expressa a preocupação com a inserção da sustentabilidade nas metodologias de ensino e nos projetos pedagógicos. Termos de destaque: disciplina, currículo, aprendizagem. Indicam esforço de articulação entre teoria e prática, evidenciando tentativas de internalizar o tema na formação.

Classe 2 – Desafios Estruturais e Burocráticos (25,8%)

Reflete entraves institucionais e rigidez dos PPCs. Palavras-chave: *PPC, burocracia, mudança*. Mostra que a inovação curricular enfrenta barreiras administrativas e normativas. Termos como “*processo*”, “*norma*” e “*aprovação*” apresentaram associações estatisticamente significativas ($\chi^2 > 10$), indicando que a sustentabilidade é discursivamente vinculada a fluxos administrativos e instâncias decisórias formais, o que reforça sua inscrição na racionalidade tecnocrática.

Classe 5 – Perspectivas Formativas e Experiências Individuais (18,8%)

Relaciona a ambientalização à trajetória dos sujeitos. Palavras representativas: formação, experiência, valores. Indica que a sensibilização emerge de vivências docentes e pessoais.

Classe 3 – Extensão Universitária e Ações Complementares (14,4%)

Enfatiza atividades extracurriculares — *eventos, semanas, extensão*. Revela que a sustentabilidade ainda é tratada como tema periférico ao currículo formal, reproduzindo padrão observado em pesquisas da UEPG (2023) e da FURG (2024).

Classe 4 – Diretrizes e Políticas Institucionais (14,4%)

Destaca a importância da coerência entre normas e práticas pedagógicas. Termos centrais: instituição, planejamento, normas. Aponta a necessidade de integração entre gestão, políticas e docência para consolidar a ambientalização.

Essas classes revelam dois eixos discursivos principais:

1. Eixo A – Práticas e desafios estruturais da ambientalização (Classes 1 e 2);
2. Eixo B – Dimensões formativas, extensionistas e institucionais (Classes 5, 3 e 4).

Comparando com outros contextos, observa-se padrão semelhante ao encontrado por Rodrigues e Cousin (2024), que identificou na Unesp tensões entre intencionalidade política e entraves burocráticos.

Em contrapartida, experiências como a da UFSC (Guerra; Figueiredo, 2014) mostram avanços quando a gestão institucional apoia projetos interdisciplinares e coletivos — o que reforça a importância do alinhamento entre os níveis micro e macro da política educacional.

Política da Linguagem e Implicações Práticas

A análise discursiva reforça que a linguagem institui práticas: quando a sustentabilidade é enquadrada em termos de eficiência e metas, predomina uma racionalidade instrumental; quando se expressa por meio de léxicos como *cuidado*, *território* e *justiça*, emergem racionalidades críticas e emancipatórias.

Implicações práticas sugeridas:

- As políticas curriculares devem incluir indicadores pedagógicos e não apenas métricos.
- A formação docente precisa integrar letramento discursivo crítico, permitindo que professores reconheçam e tensionem as racionalidades que moldam suas práticas.
- A ambientalização curricular deve ser tratada como processo dialógico e participativo, e não apenas como exigência administrativa.

A leitura integrada dos resultados permite sintetizar os campos de convergência e tensão entre as racionalidades discursivas identificadas (Quadro 1).

Quadro 1 - Convergências e tensões entre racionalidades discursivas nos eixos interpretativos

Eixo interpretativo	Racionalidade predominante	Convergências	Tensões e contradições
A – Práticas e desafios estruturais	Gerencial e tecnocrática	Consenso sobre necessidade de gestão e planejamento curricular	Resistência à flexibilização dos PPCs e risco de tecnocratização da sustentabilidade
B – Dimensões formativas e institucionais	Pedagógico-crítica	Valorização da experiência docente e das ações de extensão como práticas transformadoras	Marginalização dessas práticas no currículo formal e falta de institucionalização
Articulação entre eixos	Dialógica e política	Busca de equilíbrio entre inovação pedagógica e regulação institucional	Predomínio de racionalidade gerencial em detrimento da crítica e participativa

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2025.

Essa síntese evidencia que a ambientalização curricular é um processo híbrido e tensionado, atravessado por racionalidades concorrentes. Enquanto os discursos

institucionais priorizam eficiência, indicadores e *accountability*, os discursos pedagógicos enfatizam formação crítica, justiça socioambiental e engajamento comunitário. O desafio, portanto, está em transformar o discurso gerencial em projeto educativo emancipador, articulando política institucional e prática docente.

É importante reconhecer que o número reduzido de participantes (três coordenadores) e o foco em uma única universidade limitam a generalização dos resultados. O estudo oferece uma leitura aprofundada e interpretativa, mas circunscrita ao contexto institucional da UFRPE e às racionalidades discursivas nele observadas.

Pesquisas futuras poderão ampliar o corpus, incluindo docentes, discentes, técnicos e outras instituições, para enriquecer a compreensão das dinâmicas discursivas da ambientalização curricular no ensino superior brasileiro.

Política da linguagem e implicações práticas

A análise discursiva evidencia que a linguagem institui práticas. Quando a sustentabilidade é enunciada em termos de *eficiência*, *indicadores* e *metas*, prevalece uma racionalidade instrumental. Quando é articulada a *cuidado*, *participação* e *justiça*, emerge uma racionalidade crítica e emancipatória.

Entre as implicações práticas observadas, destacam-se:

- A necessidade de incluir indicadores pedagógicos e qualitativos nas políticas curriculares, e não apenas métricos.
- A urgência de fortalecer a formação docente crítica e discursiva, capacitando professores a reconhecer e tensionar racionalidades institucionais.
- O reconhecimento da ambientalização curricular como processo dialógico, participativo e interdisciplinar, superando visões meramente administrativas.

Implicações para Futuras Pesquisas

Os resultados obtidos abrem caminhos para novas investigações sobre as racionalidades discursivas que orientam a sustentabilidade na educação superior. Três direções principais podem ser destacadas:

1. **Ampliação institucional e comparativa:** estudos futuros podem aplicar o mesmo protocolo metodológico (ATD + IRaMuTeQ) em diferentes universidades e regiões do país, permitindo comparações entre instituições públicas, comunitárias e privadas.

Essa expansão poderá revelar variações discursivas entre contextos de gestão e culturas organizacionais distintas.

2. **Integração de múltiplos sujeitos:** recomenda-se incluir a perspectiva docente, discente e técnico-administrativa, de modo a compreender como as racionalidades institucionais são reproduzidas, reinterpretadas ou tensionadas nas práticas cotidianas e nas experiências formativas.
3. **Aprofundamento teórico e epistemológico:** há espaço para explorar as articulações entre racionalidades discursivas, epistemologias do Sul e práticas decoloniais de educação ambiental, retomando contribuições de Loureiro, Carvalho e Sauvé no contexto latino-americano. Essa amplia  o teórica pode fortalecer uma leitura crítica e situada das políticas de sustentabilidade.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas articulem métodos mistos e longitudinalidade, acompanhando transforma  es discursivas ao longo do tempo, especialmente diante das novas diretrizes curriculares e climáticas propostas por organismos internacionais e redes universitárias de sustentabilidade.

Conclusão

O estudo demonstrou que a ambientaliza  o curricular no ensino superior constitui um processo discursivamente mediado por racionalidades concorrentes que se expressam em diferentes níveis institucionais e pedagógicos.

A análise das falas de coordenadores e dos documentos institucionais revelou o predomínio de racionalidades gerenciais e tecnocráticas, voltadas    gestão por resultados,    normatiza  o e ao atendimento de indicadores. Essa homogeneidade lexical evidencia uma linguagem administrativa que tende a converter a sustentabilidade em meta de desempenho, esvaziando seu potencial político e formativo.

Em contraposi  o, emergem nas margens discursivas — a chamada “cauda longa da resistência” — termos e sentidos associados a racionalidades críticas e emancipadoras, como participa  o, cuidado, território e justiça. Esses vocábulos, ainda que periféricos, sinalizam a presença de vozes contra-hegemônicas que buscam reconfigurar o lugar da sustentabilidade na educa  o superior, deslocando-a do campo técnico para o campo   tico e político.

O confronto entre essas racionalidades evidencia que a ambientaliza  o curricular não se resume    inclusão de conteúdos ambientais, mas envolve a disputa por sentidos,

linguagens e modos de governar o currículo. Assim, o processo de ambientalização deve ser compreendido como uma arena discursiva na qual se entrelaçam poder, saber e pedagogia — perspectiva que retoma diretamente a noção de “racionalidades discursivas” proposta no título deste artigo.

Comparando com estudos realizados em outras universidades brasileiras (como FURG, UFSC e Unesp), observa-se que o padrão encontrado na UFRPE reproduz uma tensão nacional entre apropriação gerencial da sustentabilidade e tentativas de institucionalizar práticas transformadoras. Essa tensão aponta para a necessidade de políticas institucionais mais dialógicas e participativas, que permitam a efetiva transversalização da sustentabilidade no ensino superior.

Nessa direção, destaca-se o papel estratégico das políticas de extensão e da formação docente como dimensões estruturantes da ambientalização crítica. A extensão universitária, ao promover o diálogo entre universidade e comunidade, amplia o alcance formativo da sustentabilidade e possibilita práticas pedagógicas enraizadas em contextos sociais concretos, articulando saberes acadêmicos e populares.

Do mesmo modo, a formação docente contínua é condição essencial para o desenvolvimento de competências críticas, reflexivas e interdisciplinares, capazes de tensionar racionalidades gerenciais e consolidar uma cultura institucional comprometida com a transformação socioambiental. Integrar essas dimensões — extensão e formação — às políticas curriculares representa um caminho decisivo para superar a fragmentação e fortalecer o caráter emancipatório da ambientalização no ensino superior.

Dessa forma, a pesquisa reforça que reconfigurar as racionalidades discursivas é condição necessária para a consolidação de uma ambientalização curricular crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida. Isso implica repensar a governança universitária, as práticas formativas e as linguagens institucionais que sustentam o discurso da sustentabilidade.

Contribuições Científicas

- **Teórica:** o artigo avança na compreensão da ambientalização curricular ao introduzir a categoria de racionalidades discursivas, articulando os campos da Educação Ambiental e da Análise do Discurso Crítica.

- **Metodológica:** propõe a integração entre Análise Textual Discursiva (ATD) e análise lexical automatizada via IRaMuTeQ, demonstrando sua aplicabilidade para estudos em educação e políticas institucionais.
- **Prática:** oferece subsídios para a formulação de políticas de ensino superior mais coerentes com os princípios da sustentabilidade crítica, evidenciando a importância da linguagem como mediadora entre gestão e pedagogia.

Em síntese, o artigo contribui para consolidar a compreensão de que as racionalidades discursivas são o núcleo interpretativo da ambientalização curricular, determinando os sentidos e limites da sustentabilidade na universidade contemporânea. Compreender, desvelar e tensionar essas racionalidades é o passo decisivo para que a ambientalização deixe de ser uma retórica gerencial e se torne, efetivamente, um projeto educativo emancipador e transformador.

Referências

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004. Disponível em: <https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acsehrad-Henri.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereços da crise ecológica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEYE, Maxime. Which “sustainable university” are we actually talking about? A topic modelling-assisted discourse analysis of academic literature. **Environmental Education Research**, v. 29, n. 7, p. 1001–1018, 2023. DOI: 10.1080/13504622.2023.2167940.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Eliana B. et al. Social-environmental crises and critical pedagogy in Brazil. Globalisation, **Societies and Education**, p. 1–12, 2025.

GUERRA, Antônio Fernando Seabra; FIGUEIREDO, Maria Lúcia. Ambientalização curricular na educação superior: desafios e perspectivas. **Educar em Revista**, p. 109–126, 2014. DOI: 10.1590/0104-4060.38110.

HUSIC, Diane W. Reframing sustainability initiatives in higher education. **Sustainable Earth Reviews**, v. 7, n. 5, p. 1–10, 2024. DOI: 10.1186/s42055-024-00076-9.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e movimentos sociais: crítica e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Ecologia política da sociedade de consumo e a “produção destrutiva” no limiar do colapso ambiental. **Trilhas da Natureza**, v. 20, n. 43, 2022. DOI: 10.22409/tn.v20i43.54650.

MACHADO, Carlos F.; DAVIM, Joaquim P. **Sustainability in the modernization of higher education: curricular transformation and sustainable campus — a literature review**. Sustainability, v. 15, n. 11, p. 8615, 2023. DOI: 10.3390/su15118615.

MARTINS, Kaique Nascimento et al. O software IRaMuTeQ como recurso para a análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 10, n. 24, p. 213–232, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, João Victor de et al. **Práticas de ensino alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para incorporação da sustentabilidade na graduação em engenharia de produção do Brasil**. Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/257594>. Acesso em: 9 jan. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas: Pontes, 2009.

REINERT, Max. Alceste: une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gérard de Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, Paris, n. 26, p. 24–54, 1990.

RODRIGUES, Luciana A.; COUSIN, Cláudia A. **Gestão e currículo: racionalidades da sustentabilidade na Unesp**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La cruel pedagogía del virus**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2020.

SAUVÉ, Lucie. **Educação ambiental: possibilidades e limitações**. Campinas: Papirus, 2010.

SERPA, Cláudia; GESSER, Vânia; SANTOS, Daniel. **Ambientalização e indicadores institucionais: o caso da FURG**. Rio Grande: FURG Editora, 2024.

SILVA, Natália O. da et al. Teaching for sustainability in Brazilian higher education. **SciELO Education**, v. 32, n. 3, p. 110–128, 2023. DOI: 10.1590/0104-4060.2023.110128.

SOARES, Samira Silva Santos et al. Ensino do IRaMuTeQ para uso em pesquisas qualitativas segundo vídeos do YouTube: estudo exploratório-descritivo. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 56, p. e20210396, 2022.

UNESCO. **Greening curriculum guidance: teaching and learning for climate action**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/sustainable-development/education/greening-future/curriculum>. Acesso em: 9 nov. 2025.

VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

ZHANG, Xiaoyan et al. **Systematic review of environmental education teaching**. Sustainability, v. 17, n. 19, e8561, 2025. DOI: 10.3390/su17198561.

Sobre as autoras

Karine Rosália Felix Praça Gomes

Doutoranda no Programa de Pós Graduação no Ensino das Ciências da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco. Pesquisadora no Grupo de Estudos em Infraestrutura Produtiva e Logística para o Desenvolvimento Local Sustentável (UPE) e no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade (UFRPE).

E-mail: karine.rosalia@ufrpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3491-1606>

Carmen Roselaine de Oliveira Farias

Doutora em Educação (UFSCar-2008) com estágio sanduíche em Lisboa (CIE-UL) no âmbito do Programa CAPES/GRICES. Professora e orientadora no Programa de Pós Graduação no Ensino das Ciências da Universidade Federal Rural de Pernambuco e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade (GEPES/UFRPE).

E-mail: carmen.farias@ufrpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8215-692X>

Recebido em: 11/11/2025

Aceito para publicação em: 31/01/2026